

Intervenção proferida pelo Deputado Aires Reis, de 13 de Março de 2008.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

O Partido Social Democrata, através do seu Presidente, Dr. Carlos Costa Neves, tem vindo a apresentar junto da sociedade açoriana um novo modelo de governação dos Açores. De entre vários princípios, gostaria de destacar nesta minha intervenção, o da proximidade, anunciado na Convenção Autárquica do passado fim de semana em São Jorge.

Ora, tal aposta não poderia vir mais a propósito.

Se é certo que as autarquias desempenham um papel essencial e até mesmo insubstituível no desenvolvimento das nossas comunidades, essa realidade acentua-se quando nos concentramos nas ilhas menos populosas.

Assumem mesmo um papel determinante quando constatamos que, pelo contrário e actualmente, existe apenas a palavra coesão nos discursos dos responsáveis governamentais, mas que na prática, em doze anos, têm demonstrado não só a falta de resultados, mas também o fracasso das políticas implementadas.

Sim, porque o conceito de coesão apareceu no vosso discurso, a reboque do PSD, para refrescar o ambiente eleitoral das últimas eleições e porque existia uma crescente discrepância entre os níveis de desenvolvimento de muitas das ilhas desta região.

A verdade é que este conceito existe há largos anos nos Açores. Foi mesmo implementado pelo PSD, nas suas políticas de governação há já muitos anos.

Não me restam dúvidas que se nesse tempo entrassem, nos Açores, cerca de 100 mil contos por dia de fundos comunitários, todas as ilhas tinham um nível de desenvolvimento bastante elevado e muito mais nivelado do que actualmente acontece

Mas, não tivemos essa sorte.

Foi já no tempo destes governos do Partido Socialista que estes fundos comunitários se acentuaram. Tanto dinheiro da Europa a entrar nos Açores e, mesmo assim, nem foram capazes de impulsionar o desenvolvimento de algumas ilhas como por exemplo São Jorge.

Pelo contrário, colaboraram sim e de forma decisiva, na sua desertificação, na sua estagnação, no reaparecimento de um espírito de desmotivação, de falta de esperança, de descrédito no futuro.

Deixaram de apostar nas pessoas, nas suas instituições e tentaram mesmo açambarcar, por diversas vezes, a sua autonomia, a sua individualidade e a sua dinâmica.

A política foi implementada ao contrário.

A ilha de São Jorge, tal como as outras menos populosas, tem vindo a perder a robustez económica e social que tinha. Os senhores tão concentrados nos vossos discursos, nem deram por isso...

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, o PSD/Açores ainda acredita na sua recuperação. E que esta terá início em Outubro próximo.

Acreditamos que um novo modelo de desenvolvimento, mais virado para as pessoas, com políticas sérias e de proximidade, vai possibilitar a recuperação das nossas comunidades e o desenvolvimento que todos desejamos para cada uma das parcelas dos Açores.

E a política de proximidade passa muito pela congregação de esforços e sintonia de objectivos.

Passa, portanto, também pelas nossas Juntas de Freguesia.

Permitam-me, por isso mesmo, uma abordagem ao papel destas importantes instituições do poder local.

Tem sido comum falar-se destas autarquias, da sua relevância nas nossas comunidades, do empenho e desempenho dos seus autarcas. Dos seus problemas e das suas dificuldades.

Mas a verdade é que não tem sido dado o devido papel a estas instituições públicas na intervenção que podem ter na sua comunidade, na sua ilha e mesmo na região.

Como dizia em São Jorge o Presidente do PSD Açores, Dr. Costa Neves, é preciso promover uma política de proximidade. O que pode ser feito pelas Juntas, são estas que o devem fazer. O que as Câmaras podem resolver, não devem ser outras entidades, mais distantes das populações, a tratar.

As nossas Juntas conhecem as pessoas pelos seus nomes, conhecem o seu meio como nenhuma outra entidade, sabem fazer bem e de acordo com os anseios da sua comunidade.

Então devemos potenciar a sua acção, envolve-las no desenvolvimento territorial, dar-lhes meios para poderem dar respostas e fazê-las crescer nas virtudes que já possuem.

Vamos também respeitá-las e estar ao seu lado.

Nenhum governo tem o direito de ver numa autarquia, qualquer que seja, um adversário. Um concorrente.

Uma autarquia é um parceiro no desenvolvimento da região.

É assim que o Partido Social Democrata vê uma Junta de Freguesia ou uma Câmara. Qualquer que seja. É em conjunto com as autarquias e não contra as Juntas que o PSD vai desenvolver o seu trabalho quando assumir a responsabilidade governativa da Região.

Pelo contrário, os Governos de Carlos César, parecem ver nas Juntas um adversário, um concorrente, e não um parceiro de desenvolvimento de uma comunidade.

Os governos do PS têm demonstrado, de facto, uma grande falta de respeito pelas autarquias.

Veja-se o triste episódio que aconteceu com a apresentação do Projecto de ampliação do Porto da Panela na Fajã de São João.

Há cerca de quinze dias, na freguesia de Santo Antão, ouvia-se dizer que um membro do Governo Regional tinha ido a S. Jorge apresentar o projecto de ampliação do cais do Porto da Panela, na Fajã de S. João.

O Presidente da Junta local, um jovem e promissor autarca, nem queria acreditar, pois não lhe passava pela cabeça que o Governo tivesse a

ousadia de não o informar, e a falta de bom senso de não lhe endereçar um convite para o referido evento.

Mas a verdade é que este responsável autárquico só teve conhecimento do que se iria suceder, através de um morador da Fajã – daqueles que foram cirurgicamente convidados pelo telefone – mesmo em cima do acontecimento.

Ora, um governo que vai a uma freguesia apresentar um projecto e convida os respectivos moradores, ignorando o primeiro responsável autárquico local, merecia – diziam algumas pessoas – um valente puxão de orelhas.

Recordo que, na última visita estatutária do Governo Regional a S. Jorge, o Conselho de Ilha alertou o senhor Presidente do Governo para a importância dos responsáveis autárquicos serem informados, sempre que o executivo promovesse uma obra na sua área administrativa.

Em nossa opinião, nem seria necessário esse pedido. Bastava termos governantes com algum bom senso e com uma postura institucionalmente correcta.

A verdade é que nem o Presidente da Junta, nem os responsáveis pelo município local, tiveram a honra de poder participar no evento. Apenas, porque não foram convidados.

E muito menos nós, deputados do PSD, que a pedido do Presidente da Junta, fomos os primeiros a alertar o Governo para a necessidade e oportunidade de se realizarem estas obras, tendo em conta que toda a maquinaria e equipamentos se encontravam naquele local a executar uma obra de protecção da orla marítima.

Mais grave ainda. Para espanto de todos, eu próprio, deputado eleito pela ilha de S. Jorge, que não fui convidado para a apresentação deste projecto para a minha terra, recebi um convite para me deslocar a S. Miguel, para assistir ao lançamento da primeira pedra de uma obra de requalificação do Porto da Caloura.

Parece uma brincadeira provocatória.

São atitudes como estas que descredibilizam a política.

Por mim, envergonhar-me-ia, se algum governo do meu partido fizesse semelhante disparate.

Não será, portanto, admiração para ninguém que os habitantes da freguesia Santo Antão continuem sem motivos para acreditar na boa fé deste governo.

Pelo contrário, devem estar sim orgulhosos do seu Presidente da Junta que, pese embora a mágoa de não ter sido convidado para a referida cerimónia – de uma obra que reivindicou – teve o discernimento e a inteligência de mandar um recado à senhora Secretária, através de um dos convidados, informando-a de que a sua autarquia disponibilizava-se, desde já, para prestar todo e qualquer apoio necessário à referida obra, com maquinaria, equipamentos e mão-de-obra.

Lição de mestre, Senhor Presidente e Senhores Deputados

São atitudes destas que marcam a diferença entre quem se entrega à causa pública e quer o bem-estar e o desenvolvimento da população e aqueles que colocam, em primeiro plano, jogadas político-partidárias, completamente descabidas e merecedoras de uma violenta repreensão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Os açorianos precisam de um novo alento e de governantes que ponham as pessoas e as nossas comunidades em primeiro lugar. Que desenvolvam o seu trabalho em cooperação com a sociedade civil, com um único objectivo - o bem comum.

Com estes Governos não é certamente, porque já o provaram.

Só com um governo Social Democrata, presidido pelo Dr. Carlos Costa Neves, os açorianos e as suas comunidades, por mais periféricas que sejam, estarão em primeiro lugar e terão o respeito institucional que merecem.

Disse.